

A necessidade de uma política pública educacional voltada para as redes sociais, uma ferramenta para diminuir os impactos negativos

The need for an educational public policy focused on social networks, a tool to reduce negative impacts

DOI:10.34117/bjdv7n8-441

Recebimento dos originais: 07/07/2021

Aceitação para publicação: 17/08/2021

Luciana de Paula Soares

Mestre em Direito

Universidade Nove de Julho

Rua Siqueira Bueno, 2539 apt. 101 S.Paulo/SP

E-mail: Luciana_paulasoares@hotmail.com

Jamili Simões

Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho. Especialista com extensões.

Universidade Nove de Julho (Professora e Pesquisadora)

Rua Demétrio Ribeiro, 809, 1. Andar - Sao Paulo/SP

E-mail: simoes.jadv@gmail.com

Heloisa Correa Meneses

Mestre em Direito

Rua Rio de Janeiro 353 sala 108 Cep 38400-658, Uberlândia-MG

E-mail: heloisa@galatiecorrea.com.br

Suelen Bianca de Oliveira Sales

Mestre em Direito

Quadra Central, conj. B, bloco D apt. 116 Brasília/DF

E-mail: Prof.suelensales@gmail.com

RESUMO

O artigo explana sobre o surgimento e o desenvolvimento das redes sociais até os dias atuais, releva a transformação nos meios de comunicação e as conseqüência na vida moderna como: a dissipação de preconceitos, ódio, racismo e de *fake news*. Surgindo assim, a necessidade de uma política pública educacional voltada para uma alfabetização digital como forma de diminuir os impactos negativos desse novo mundo tecnologicamente interligado, aborda também a legislação atual sobre educação em todas as esferas de governo e evidencia a ausência do tema.

Palavras-chave: Rede social, Política pública educacional, Direito, Preconceito. Alfabetização digital.

ABSTRACT

The article explain the emergence and development of social networks up to the present day, highlights the transformation in the media and the consequences in modern life as the dissipation of prejudice, hatred, racism and fake news, appearing the need for a public educational policy aimed at digital literacy as a way to reduce the negative impacts of this

new technologically interconnected world, also addresses the current legislation on education and highlights the absence of the subject.

Keywords: Social network, Educational public policy, Right. Prejudice. Digital literacy

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes evoluções dos tempos modernos que levou a humanidade a patamares jamais vistos, sem sobra de dúvidas, foi a Internet. A sua evolução se deu a passos longos, surgiu para auxiliar a área militar e nas décadas de 70 e 80 foi um importante meio de comunicação acadêmica, somente no ano de 1990 com o advento da globalização que começou a alcançar a população mundial quando foi criado o *world wide web* (www), algo que possibilitou a utilização de uma interface gráfica, criação de sites dinâmicos e visualmente interessantes, foi quando partir deste momento a Internet cresceu em ritmo acelerado.

A plataforma com o tempo se tornou cada vez mais simples e fácil de usar, dessa forma, vários segmentos sociais começaram a utilizá-la. Os estudantes buscavam informações para pesquisas escolares, os jovens diversões em sites de *games* e uma das grande inovações foram as salas de chat, que se tornaram pontos de encontro para um bate-papo virtual a qualquer momento. Já as empresas descobriram um excelente caminho para melhorar seus lucros e as vendas *online* dispararam, transformando a Internet em verdadeiros *shopping centers* virtuais.

Dessa forma, a Internet gradualmente abdicou as suas origens de ferramenta de escrita e leitura e entrou numa fase cada vez mais social e participativa, beneficiando a inteligência coletiva e passou também a registra os interesses e as necessidades pessoais.

Assim, nos últimos anos chegamos à Web 2.0 também chamada de web participativa, foi onde ocorreu a revolução dos *blogs* e *chats*, das mídias sociais colaborativas, o surgimento das redes sociais e do conteúdo produzido pelos próprios internautas, surgiu também as ferramentas e aplicações *online*, cada vez mais interativas.

Nessa esteira, as redes sociais se tornaram palco de grandes discussões, em pouco tempo ganharam poder a ponto de transformar a maneira com que as pessoas se relacionam, se informam e se comunicam. Criando assim, uma grande relação de dependência entre o ser humano e a tecnologia, evidentemente trouxe muitos benefícios. Porém, também trouxe alguns malefícios a sociedade e ao próprio ser humano.

Vale lembrar, que presidentes foram eleitos através das redes sociais, pessoas são consideradas heróis ou vilãs em questões de segundos, tudo impulsionado pelo caráter

social e a ideia de partilha, aliado a um ambiente informal, atrativo e catalisador, contribuindo para que cada vez mais jovens tenham como única fonte de conhecimento e saber, à rede social.

Nessa concepção, estamos vivenciando um momento histórico onde a “vida virtual” mescla-se com a “vida real” os impactos negativos sobrepõem-se trazendo a tona o lado perverso do ser humano, onde julga e condena através de *clicks*.

Não há limites na rede, não há educação, nem tão pouco bom senso, o ser humano enraíza-se de um poder sobrenatural pelo simples fato de achar que esta protegido atrás de sua tela.

Não é a toa, que a disseminação de ódio, preconceitos, racismo, calúnias, difamação, *fake news*, dentre outros tipos de ofensas e crimes virtuais são freqüentes na rede.

Neste diapasão, é preciso rever as políticas públicas, não apenas no que tange a questões de criminalização, mas também a base para uma sociedade mais adepta ao mundo moderno e altamente tecnológico, a educação.

A geração atual já nasce na rede social, normalmente sua primeira foto já é exposta no momento do seu nascimento (no parto) mostrando a rede que “cheguei”, eles não tem o direito de optar pela não publicação, assim precisamos construir bases educacionais fortes voltadas para essa nova realidade, para essa nova geração considerada nativos *on-line*.

Diante de tal cenário, a proposta deste trabalho é explanar sobre evolução da rede social, as mudanças que ocorreram na sociedade e seus impactos negativos, a necessidade de uma política pública educacional voltada para uma alfabetização digital e realidade jurídica no âmbito da educação sobre o tema.

2 O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DAS REDES SOCIAIS

A forma de comunicação entre as pessoas evolui ao longo dos séculos como dito anteriormente, diante disso a necessidade de comunicar-se tornou-se parte do dia-a-dia, interesses pessoais dos indivíduos, bem como seu próprio cotidiano são expostos abertamente nas redes sociais, possibilitando o compartilhamento de informação e muitas vezes gerando a desinformação.

Nessa esteira, vale lembrar que a “primeira rede social” nos moldes da modernidade surgiu em 1995 e ficou conhecida como Classmate a ideia era proporcionar o encontro de ex-alunos. (TECHTUDO, 2014)

Assim, para se inscrever no site o usuário informava a escola onde estudou, o nome, o ano de graduação e e-mail de contato, e ainda, era possível incluir foto e relatar as memórias dos tempos de estudante.

Seu alcance se deu apenas nos Estados Unidos e Canadá, no auge nas décadas de 90 contou com mais de 50 milhões de usuários e conseguiu promover milhares de reencontro entre ex-colegas de classe, trazendo a tona um grande sentimento de nostalgia.

Atualmente, encontra-se em funcionamento mas conta com cerca de 250 mil usuários e continua recebendo documentos, além de ter seu conteúdo atualizado constantemente e dialoga com outras redes sociais.

O grande salto da evolução das redes sociais foi dado quando surgiu a tecnologia *AOL Instant Messenger* que permitiu que os usuários se comunicassem através de mensagens instantâneas.

Ainda na década de 90 surgiu a rede social chamada de Sixdegrees que possibilitou além das mensagens instantâneas a criação do perfil do usuário através da criação de um cadastro. Em 2002 nasce o Friendster o modelo que mais se aproxima com os moldes atuais.

Já em 2003 surgiram o MySpace e o LinkedIn, um focado em música e o outro em perfis profissionais. Em 2004 a proposta do Orkut era possibilitar aos usuários a criação de novas amizades, no mesmo ano nasceu o Thefacebook, hoje chamado apenas de Facebook, um site voltado para alunos da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos e que se tornou um ponto de encontro para amigos conversarem, compartilharem fotos e vídeos. (CANALTECH, 2018)

O YouTube por sua vez, surgiu em 2005 inicialmente a sua plataforma permitia apenas publicar e assistir vídeos à vontade, entretanto, o grande salto aconteceu no momento em que foi possível avaliar vídeos alheios, comentar e seguir canais, consagrando-se dessa forma com uma das maiores plataformas sociais do mundo. Em 2017, a plataforma foi adquirida pela empresa Google e atualmente atingiu a marca de 2,0 bilhão de usuários ativos mensalmente em todo o mundo. (TECMUNDO, 2019)

Em 2006, o Twitter foi lançado com a concepção de um serviço de troca de *status*, o conceito era exatamente o de envio de mensagens curtas através do celular, onde era possível receber um *twitch* (vibração) quando um *update* fosse enviado, nessa esteira é possível entender porque possui uma limitação inicial de 140 caracteres por publicação e recentemente alterada para 280. Com isso, essa rede de *microblogging* rapidamente se

tornou a plataforma preferida para reportar fatos do cotidiano, principalmente no meio político. (TECMUNDO, 2010)

O Instagram em 2010 permitia o compartilhamento de fotos e vídeos de curta duração, em 2011 o Facebook adquire a plataforma e traz novidades copiadas do concorrente Snapchat, como os *stories* (vídeos e fotos que aparecem à parte por 24 horas). Com o passar dos tempos, tornou-se um importante instrumento para as empresas, sendo considerada uma ferramenta de marketing e vendas digital.

Para aproximar pessoas interessadas em encontros foi desenvolvido o Tinder lançado em 2012 o usuário encontra uma espécie de "cardápio de pessoas" com fotos e um perfil com informações gerais, o grande diferencial é a introdução da geolocalização e outro aspecto importante é que a conversa inicia-se apenas se os dois lados se mostrem interessados, o chamado "match". Assim, em 2018 a empresa faturou US\$ 805 milhões. (MONEYTIME, 2018)

Na China, a rede dominante é o WeChat ou "wei shin" como é conhecido por lá, utilizado por 1 bilhão de usuários ou metade da população chinesa foi lançado em 2011, inicialmente utilizado para troca de mensagem e rede social, atualmente é possível a realização de pagamentos, pedir comida, táxi dentre outros serviços, tornando-se praticamente impossível sobreviver sem ele. (BBC, 2017)

Vale lembrar, que outras redes sociais surgiram ao longo dos anos (Tumblr, Pinterest, Foursquare) e tantas outras estão surgindo (Shoelace, do Google), trata-se de uma tendência mundial de partilhar contatos, informações e conhecimentos.

Outra importante fonte de comunicação dos dias modernos que revolucionou a comunicação são os aplicativos de mensagens instantâneas, como por exemplo: o Messenger, WhatsApp e o Telegran.

Sendo assim, podemos dizer que as redes sociais se tornou ambientes que comportam espaços de interesses comuns ou não, interação de necessidades diversas, colaboração e principalmente uma nova forma de comunicação, gerando assim, uma maior exposição das pessoas.

2.1 A VIDA MODERNA APÓS REDES SOCIAIS

É notório que o cotidiano das pessoas foi drasticamente alterado pelas novas ferramentas tecnológicas que surgiram nas últimas décadas. Assim podemos dizer, que o homem de hoje é caracterizado não mais pelo sentido do seu existir, mas sim pela sua existência na rede.

A rede social tornou-se a vitrine da alma a “realidade virtual” nem sempre reflete a “vida real” mas é acolhida e seguida por uma maioria que “curte” por osmose, graças ao fenômeno da curiosidade.

Nós deparamos com uma época onde o “ser visto” tornou-se obrigatório e a imagem passou a ter um papel importante na sociedade, assim criamos a “existência momentânea” conseqüentemente a cultura do “parecer” ao invés do “ser” nos remete a uma possível superficialidade.

Para não ficar a margem da sociedade o indivíduo aceita que a tecnologia é parte do mundo e fundamental para a sua existência. Para Barus-Michel (2004, p. 242) “o indivíduo hipermoderno é um personagem fictício suscitado pela nossa fascinação frente ao progresso estrondoso da tecnologia”.

Nesse contexto Dantas (2011, p. 34) assegura que “a sociedade imprime um novo contorno do social no qual somos intimados a agir incessantemente na busca pelo prestígio, pelo reconhecimento, pela informação e pelo conhecimento”.

As redes sociais vem transformando as vidas das pessoas, a forma de aprender e ditando uma nova forma de comunicação. Entretanto, alguns impactos negativos já podem ser vistos na sociedade, como por exemplo: a propagação do *bullying* e boatos, discurso de ódio, brigas e discussões, distorção da realidade, distração, problemas de saúde, consumismo, intensidade, *fake new* dentre outras questões.

“Hoje, vivemos numa sociedade que esta se tornando cada vez mais narcisista”, (HAN, 2017, p. 09) o contexto do “eu” esta em voga e dominando a tela, as pessoas acreditam em fenômenos denominados influenciadores digitais, sem saber se quer quem são.

2.2 O COMPORTAMENTO DO SER HUMANO NAS REDES SOCIAIS

Falar abertamente, sem rodeios e sem cerimônia são diálogos frequentes nas redes sociais, entretanto, muitas vezes as conversas extrapolam o mínimo do bom senso e da educação, beirando a ofensas e muitas vezes a tipificações penais.

As pessoas esquecem que participar das redes sociais é um ato de caráter público e que será responsabilizado por tudo aquilo que publicar, vale dizer que tudo fica registrado.

Nessa estirpe, um dos grandes desafio das redes sociais é manter a própria liberdade de expressão, sem prejuízo à própria imagem, bem como conviver em uma realidade em que todos são pessoas públicas.

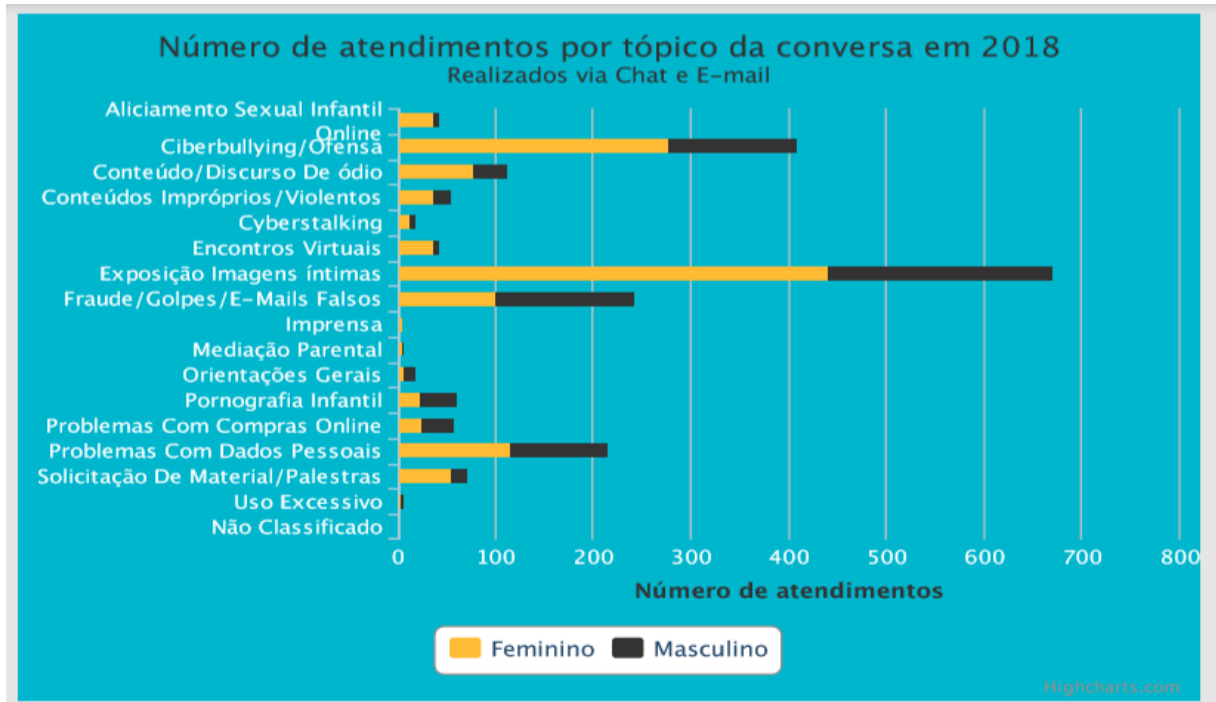
Pensando em melhorar esse ambiente, empresas preocupadas com sua imagem na rede estão criando manuais de condutas para seus colaboradores, a fim de instruí-los a boas e melhores prática nesse tipo de ambiente, como foi o caso da Apex Brasil (2017):

1. Você é uma pessoa pública. Sempre que postar algo nas redes sociais, entenda que o conteúdo da sua mensagem será visto por colegas, chefes, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, amigos e familiares
2. Seus seguidores/ amigos vão confundir o seu “eu” pessoal com o seu “eu” profissional. Você pode não ser o porta-voz oficial da instituição na qual trabalha mas, a partir do momento que deixar público seu perfil numa rede social, será visto pelos demais usuários (amigos, seguidores, colegas, fãs, etc.) como alguém que fala em nome da instituição. Evite postar qualquer coisa que possa gerar danos à instituição em que atue.
3. Escrever na rede é o mesmo que escrever em pedra. Escrever não é o mesmo que falar: suas palavras ficam na web e são indexadas quase que instantaneamente por outras redes.
3. Escrever na rede é o mesmo que escrever em pedra Escrever não é o mesmo que falar: suas palavras ficam na web e são indexadas quase que instantaneamente por outras redes.
4. Proteja-se. Uma crise envolvendo *posts* em redes sociais feitos por um colaborador e prejudicando a empresa nunca tem a empresa como alvo único e pode acabar causando danos de imagem também aos seus funcionários.
5. Nunca deixe de ser você. Como qualquer cidadão, você é livre para pensar e expressar o que desejar, da forma que preferir. Mas, como qualquer pessoa pública, tem que entender que tudo o que expressar provavelmente trará consequências, sejam estas positivas ou negativas.

Com isso, as etiquetas para as redes sociais foram se dissipando tentando controlar algo que parece incontrolável, a ação humana frente a notícias x compartilhamento, vivemos um momento histórico de informação e desinformação também.

Importante pontuar que a internet, agravada pela rede social, de um modo geral ajudou a propagar o ódio, o racismo, o preconceito, o *cyberbullying* e até novos crimes surgiram como o *cyberstalking* (o uso da tecnologia para perseguir alguém).

Nessa esfera, a instituição SaferNet Brasil que tem foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil, mantém há mais de 10 anos uma Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que levantou números importantes em 2018 que são:



Em outro indicativo ficou evidenciado que a maioria das denúncias partiram de adolescentes e jovens, mostrando assim o despreparo da nova geração para lidar com a rede social, enaltecendo assim a necessidade de uma política educacional voltada para melhorar as boas práticas, a educação e a ética na rede. (SAFERNET, 2018)

3 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA MELHORAR O COMPORTAMENTO NA REDE SOCIAL

É inegável a profunda mudança social pelo qual estamos vivenciando, sem contar a transformação nos meios e modos de comunicação que nos tornou numa sociedade de informação, assim precisamos também mudar profundamente a educação.

Hoje em dia os jovens e as crianças se comunicam nas redes sociais através de uma linguagem informal ou outras formas criativas, assim qualquer um pode criar, montar, organizar e compartilhar conteúdo para atender às suas próprias necessidades e às dos outros, deste modo aprendem a desenvolver uma série de literacias digitais.

Diante de tal cenário, precisamos pensar numa alfabetização digital que ensine a participar, a produzir, a entender a cultura digital e como se comportar nesse novo espaço público. (POORE, 2011)

Esse tipo de alfabetização é essencial para construirmos uma nova geração digital preparada para enfrentar todos os tipos de fake news, ter a consciência de não propagar

informações desnecessárias, de consumir apenas o necessário e não o imposto pela rede, de respeitar o próximo e de não prejudicar sua própria imagem.

Assim é necessário implementar mudanças metodologias complexas de aprendizagem, para dotar os alunos de competências para procurar e avaliar informação e por uma atenção especial aos códigos culturais e linguagens específicas hoje enraizadas na rede.

Neste diapasão, o modelo atual escolar o professor exerce um papel essencial e precisam se tornar alfabetizados digitalmente. Dessa forma, a formação do docente é um processo contínuo e deve dialogar com os problemas com os quais se deparam no dia a dia.

Dessa maneira, para discutirmos os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das redes sociais no ambiente escolar, demanda também ao professor explorar as diferentes possibilidades de seus usos, de suas implicações, de seus sentidos e significados.

Para ultrapassar os ditames dos modelos existentes de ensino e aprendizagem e explorar as possibilidades e o potencial da conectividade, é preciso repensar como o indivíduo operar e aprender em uma sociedade em rede, o primeiro passo talvez seja a criação de um conhecimento voltado para o coletivo, para aquilo que se tornará público.

A chamada Pedagogia 2.0 estabelece a interdependência entre idéias, indivíduos, comunidades e redes de informação, suportada pela tecnologia e oferece uma gama de opções para os indivíduos, de acordo com suas necessidades e objetivos pessoais.

Tal questão, reitera os princípios fundamentais da era da Web 2.0 onde trata de vincular mentes, comunidades e idéias, promovendo personalização, colaboração e criatividade, levando à criação conjunta de conhecimento.

Mas vale lembrar que a educação é mais do que apenas processos de alfabetização, trata-se de um florescimento humano e, como diz Paulo Freire (1987), trata-se de elevar a consciência crítica das pessoas a um ponto em que elas se conscientizam de sua própria historicidade, para que possam intervir e mudar o mundo.

Com isso, as aulas tradicionais de informática, que algumas escolas oferecem, onde é ensinado “apertar botões” precisa ser revista e adequada para os problemas atuais enfrentados pela sociedade.

É importante mostrar para a criança, iniciando-se pela educação infantil, o porquê a sua foto encontra-se publicada nas redes sociais da escola, pra que serve, por quanto tempo estará lá, dentre outras questões.

Desse modo, àquela escola que adere a rede social e publica o dia a dia escolar, tem obrigação moral e ética de conversar com seus alunos sobre o assunto, não basta o consentimento dos pais, os alunos precisam discutir o tema antes de serem expostos para campanhas de marketing digital.

Para Bobbio (1998, p. 130) a educação é fundamental para combatermos o preconceito, ainda mais num mundo tão globalizado culturalmente:

Não há outro caminho para combater o preconceito racial senão uma educação orientada por valores universais. São muitas as formas de universalismo dos valores, pelo qual, não obstante as diferenças de raça, de tradições e de gerações (a diferença geracional se soma a todas as outras e não é de modo desprezível), há uma humanidade comum que ultrapassa toda as diferenças de tempo e lugar. (...)

3.1 O QUE A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL FALA SOBRE O ASSUNTO

O primeiro diploma legal onde garante ao cidadão uma educação digna é a Constituição Federal, conforme abaixo exposto:

Art.214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - melhoria da qualidade do ensino;
IV - formação para o trabalho;
V - promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Através da obrigatoriedade da norma acima exposta foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) promulgado pela Lei 13.005/2014, com vigência de 2014 até 2024, além de princípios e diretrizes em seu anexo contemplam 20 metas que estão amparadas por mais de 250 estratégias.

Para que o PNE se concretize como política de estado integrada e colaborativa, os planos de educação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios precisam estar alinhados a ele.

Assim suas principais diretrizes são:

Art. 2º São diretrizes do PNE:
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV - melhoria da qualidade da educação;

- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Já no estado de São Paulo a Lei nº 16.279 de 08 de julho de 2016 promulgou o Plano Estadual de Educação com prazo de vigência de 10 (dez) anos, ratificando as principais diretrizes, senão vejamos:

Artigo 2º - São diretrizes do PEE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado e do País;
- VIII - valorização dos profissionais da educação;
- IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

No âmbito municipal temos a Lei nº 16.271 de 17 setembro de 2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, com vigência de 10 (dez) anos, que tem como diretrizes:

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - superação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade de ensino;
- V - promover a educação integral em tempo integral;
- VI - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VII - promoção da educação em direitos humanos;
- VIII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;
- IX - valorização dos profissionais de educação;
- X - difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência;
- XI - autonomia da escola;
- XII - fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam;

- XIII - promoção da educação em sustentabilidade socioambiental;
- XIV - desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à superação da exclusão, da evasão e da repetência escolares, articulando os ciclos e as etapas de aprendizagem, visando à continuidade do processo educativo e considerando o respeito às diferenças e desigualdades entre os educandos.

Diante de tais legislações podemos observar que não existe uma política pública educacional voltada para a alfabetização digital, o máximo que encontramos foi o tema tecnologia, mas voltado no sentido do aperfeiçoamento de equipamentos.

Mas há de se falar que temas importantes foram citados nas referidas legislações como: promoção da educação em direitos humanos, difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência, formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos.

Questões essas essenciais para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e de injustiças. No entanto, se faz necessário aplicar esses temas ao mundo atual, motivo pela qual é tão importante pensarmos em políticas públicas voltadas a alfabetização digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos modernos com o advento da tecnologia mudou drasticamente a forma de viver e existir em sociedade, a rede social nos trouxe uma realidade de ambiente público jamais vivenciado pela história.

Por outro lado, a rede contribuiu para dissipação desenfreada de informações, *fake news*, comentários mal educados e principalmente uma avalanche de preconceito, ódio, racismo e crimes virtuais.

A necessidade de acompanhar os desafios dessa nova sociedade em rede e digital fez surgir preceitos novos para a educação como a necessidade de uma alfabetização digital que pode ser a chave de uma navegação ética e bem-sucedida.

É preciso descobrir novos modelos de ensino e aprendizagem para atender às necessidades de uma nova geração de alunos que atualmente buscam maior autonomia, conectividade e um aprendizado sócio-cultural .

Assim, precisamos transformar a Internet em um ambiente ético e responsável, que permita às crianças, jovens e adultos criarem, desenvolverem e ampliarem relações sociais, conhecimentos e exercerem a plena cidadania com segurança e liberdade.

A diplomacia deve ser uma prática constante no ciberespaço, pois as boas maneiras são sempre bem-vindas e devem ser exercitadas em todos os meios onde os relacionamentos acontecem.

O Brasil, no entanto, carece de políticas e ações concretas de enfrentamento a estes fenômenos complexos, que envolvem variáveis econômicas, sociais e culturais, com desdobramentos e implicações nos campos da ética, da moral, da educação, da saúde, do direito, da segurança pública, da ciência e da tecnologia.

Entretanto, cabe ao país também controlar e mediar para desenvolver nas nossas crianças e adolescentes a capacidade de usar a internet de forma segura e responsável.

Diante desse cenário, a sociedade e o estado precisam construir juntos mecanismos para frear os impactos negativos que os comportamentos geram na rede social, através de um uso positivo, equilibrado e inspirador.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Paul. Jisc. .What is Web 2.0? Ideas, technologies and implications for education. Disponível em <http://www.jisc.ac.uk/media/documents/techwatch/tsw0701b.pdf>. Acesso em 16 de dezembro 2019

A REDE SOCIAL CHINESA QUE JÁ VALE MAIS DO QUE VALE MAIS DO QUE O FACEBOOK. Bbc. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42058100>. Acesso em 20.12.2019

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. São Paulo: Forense Universitária, 2007

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. AL.SP. 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em 22.12.2019

BARUS-MICHAEL, J. O sujeito social (E. D. Galery & V. M. Machado, trads.). Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2004

BOAS PRÁTICAS NA REDE SOCIAL. Apexbrasil. 2017. Disponível em: <http://arq.apexbrasil.com.br/legado/Boaspraticasnasredessociais.pdf>. Acesso em: 20.12.2019

BOBBIO, Norberto. Elogio da Serenidade. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012

CHENG, Diana. Número de assinantes do Tinder bate recorde e sobe 1,2 milhão em 2018. Moneytimes. Disponível em: <https://moneytimes.com.br/numero-de-assinantes-do-tinder-bate-recorde-e-sobe-12-milhao-em-2018/>. Acesso em 20.12.2019

CIDADE DE SÃO PAULO EDUCAÇÃO. Portal.SME. 2019 Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Conheca-o-Plano-Municipal-de-Educacao-de-Sao-Paulo>. Acesso em 22.12.2019

DANTAS, Jurema Barros. Angústia e existência na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Taína. Após encerrar Google+, Google lança nova rede social: a Shoelace. Starse. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/nova-economia/66770/google-shoelace-rede-social>. Acesso em 18.12.2019

GNIPPER, Patricia. A evolução das redes sociais e seu impacto na sociedade – Parte 2. Canaltech. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-seu-impacto-na-sociedade-parte-2-108116/>. Acesso em 19.12.2019

HAN, Byung Chul. Agonia de Eros. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

TAYLOR, Charles. A Ética da Autenticidade. Trad. de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011

MACIEL JUNIOR, G. C. O modo-ser- no mundo virtual: O Dasein e o Facebook.. E-publicacoes. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/21338/15428>. Acesso em 19.12.2019

MCLOUGHLIN, Catherine; LEE, Mark J. W. Social software and participatory learning: Pedagogical choices with technology affordances in the Web 2.0 era. Semantic Scholar. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/52ac/3f2b3d75e6de176dce701afc0b469d7f949a.pdf>. Acesso em 15.12.2019

POORE, Megan. Digital literacy.Human flourishing and educationin a knowledge society. Psu. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.505.2616&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 15.12.2019

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PNE. 2014 Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 20.12.2019

SAFERNET BRASIL. Safernet. 2018 Acesso em: https://new.safernet.org.br/home?field_subject_value=All&field_type_value=All&page=2. Disponível em 15.12.2019

SMAAL, Beatriz. A história do Twitter. Tecnmundo. Disponível em: <https://www.tecnmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm>. Acesso em 19.12.2019

SENADO FEDERAL. Senado.leg. 2019 Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_214_.asp. Acesso em 22.12.2019